NOVA CONCURSOS

HOSPITAL GASPAR VIANNA - PA

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

- Língua Portuguesa
- Redação Discursiva
- Raciocínio Lógico-Matemático
- Legislação
- Políticas de Saúde Pública
- Ética e Qualidade no Serviço Público (On-line)
- Conhecimentos Específicos (On-line)

Conteúdo de acordo com o Edital
Questões gabaritadas da banca Consulplan

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 01/SEPLAD-FHCGV/2026

Hospital Gaspar Vianna - PA

Auxiliar Administrativo

NV-020ST-26-HOSP-GASP-VIANNA-PA-AUX-ADM
Cód.: 7908428819453

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Auxiliar Administrativo de acordo com o Edital nº 01/SEPLAD-FHCGV/2026, do Hospital Gaspar Vianna - PA.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca Consulplan, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: Conteúdo de Ética e Qualidade no Serviço Público e também Conhecimentos Específicos disponíveis em PDF para download. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✅ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✅ teoria objetiva e atualizada;
- ✅ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✅ questões gabaritadas para o treino da teoria.

GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!

QUERO MATERIAL COMPLETO!

NOVA CONCURSOS

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA 9

- **COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS 9**
- **SEMÂNTICA E ESTILÍSTICA 12**
  - **DENOTAÇÃO 14**
  - **CONOTAÇÃO 14**
  - **SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS 14**
- **FIGURAS DE LINGUAGEM 16**
- **COESÃO E COERÊNCIA 20**
- **TIPOLOGIA TEXTUAL 25**
- **EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS 29**
- **SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO 46**
  - Regência Verbal 57
  - Regência Nominal 59
  - Concordância Verbal 59
  - Concordância Nominal 62
- **PONTUAÇÃO 65**
- **ESTUDO DA CRASE 69**

REDAÇÃO DISCURSIVA 85

- **INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA 85**

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO 119

- **PRINCÍPIO DA REGRESSÃO OU REVERSÃO 119**
- **LÓGICA DEDUTIVA, ARGUMENTATIVA E QUANTITATIVA 120**
- **LÓGICA MATEMÁTICA QUALITATIVA 121**
- **SEQUÊNCIAS LÓGICAS ENVOLVENDO NÚMEROS, LETRAS E FIGURAS 122**
  - **PROGRESSÃO ARITMÉTICA 122**
  - **PROGRESSÃO GEOMÉTRICA 124**

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

- **REGRA DE TRÊS SIMPLES E COMPOSTAS 126**
- **RAZÕES ESPECIAIS 131**
- **ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE 138**
- **CONJUNTOS 147**
  - **RELAÇÃO DE PERTINÊNCIA 148**
  - **IGUALDADE 149**
    - As Relações de Inclusão 149
  - **OPERAÇÕES ENTRE CONJUNTOS: UNIÃO, INTERSEÇÃO E DIFERENÇA 152**
- **GEOMETRIA PLANA 156**
- **GEOMETRIA ESPACIAL 178**
- **TRIGONOMETRIA 189**
- **EQUAÇÕES E INEQUAÇÕES DE 1º E 2º GRAUS 208**
- **FUNÇÕES DE 1º E 2° GRAUS 216**
- **GEOMETRIA ANALÍTICA 223**
- **MATRIZES, DETERMINANTES E SISTEMAS LINEARES 239**
- **POLINÔMIOS 253**

LEGISLAÇÃO 269

- **LEI ESTADUAL Nº 5.810/1994 - DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS DO ESTADO DO PARÁ 269**
- **LEI ESTADUAL Nº 6.304, DE 6 DE JULHO DE 2000 ..... 295**
- **LEI ESTADUAL Nº 9.341, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021 ..... 300**

POLÍTICAS DE SAÚDE PÚBLICA 309

- **LEGISLAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS 309**
  - **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (COM AS EMENDAS CONSTITUCIONAIS): ART. 196 A 200 ..... 309**
  - **LEI N° 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 - DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A PROMOÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS 313**
  - **DECRETO N° 7.508, DE 28 DE JUNHO DE 2011 ..... 334**

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

LEI N° 8.142, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990 - DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA GESTÃO DO SUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS 342

PORTARIA MS/GM Nº 2.048 DE 03/09/2009 - APROVA O REGULAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) 344

PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 2/2017 – ANEXO 1 DO ANEXO XXII – POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA – OPERACIONALIZAÇÃO 362

ATUALIDADES SOBRE SAÚDE PÚBLICA 394

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA — ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há "regras" para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra "marido"); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão "minha chefe"); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão "parou de beber"). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

REDAÇÃO DISCURSIVA

INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA

Neste material, trabalharemos a redação discursiva. Você estudará algumas características inovadoras no conceito de produção de textos para quem quer atingir um melhor resultado em provas que exijam do candidato a habilidade de produzir um texto.

Aqui, serão apresentados os aspectos gerais da redação discursiva em sua estrutura textual, bem como todos os passos para a sua produção com eficiência. Porém, antes de iniciarmos, é importante dar atenção às dúvidas que geralmente são apresentadas pelos alunos para que se possa dar solução aos principais problemas que eles relatam.

DÚVIDAS FREQUENTES QUANTO À REDAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS

Por que é tão difícil produzir um texto eficiente?

Sempre se ouvem os temores de alunos quanto às provas que cobram dos candidatos habilidades na produção de questões discursivas. Alguns dizem sentir-se tão despreparados que terminam por desistir dos concursos que trazem a redação como critério de classificação.

É necessário reconhecer que o hábito de escrever não está na prática do cotidiano da maioria das pessoas e que, hoje em dia, quando se dispõem a fazê-lo, exercitam essa habilidade normalmente em ambientes virtuais, como sites de comunicação e elaboração de e-mails.

No entanto, nesses ambientes, não é necessário, na maioria das vezes, adequar a escrita à norma padrão da língua. O resultado é que, quando ocorre a exigência da produção escrita, a prática que se tem não promove a eficiência nessa categoria de comunicação.

Como, em pouco tempo, desenvolver a habilidade da escrita em quem tem dificuldade de passar para o papel o que tem na sua cabeça?

Inicialmente, em um procedimento tradicional de produção de textos, começa-se pela apresentação de exemplos de textos bem escritos, depois se faz um planejamento textual, mostra-se sua estrutura, apresenta-se as partes que o compõem.

Depois disso, inicia-se a identificação dessas partes e de como elaborá-las separadamente: como se constrói um parágrafo; quais são as fases de sua elaboração; e quais são os diferentes tipos de parágrafos.

Também é mostrado como podem ser os parágrafos que introduzem, desenvolvem e concluem um texto dissertativo. Só depois de exercitar esses primeiros procedimentos é que se passa à produção de um trabalho completo, buscando a eficiência do todo por intermédio do agrupamento de cada uma das partes estudadas até a formação de um bloco contínuo e completo.

O truncamento desse trabalho ocorrerá certamente se o aprendiz não se dispuser a praticar esses conceitos. É aí que começa a frustração dos potenciais autores, pois, muitas vezes, só tentam praticar a escrita da redação após concluírem o estudo do livro didático e enfrentam grande dificuldade no momento do agrupamento — ou seja, em transformar em um todo aquilo que aprenderam a fazer em partes. Se o resultado não for satisfatório, acabam assumindo a dificuldade como uma inabilidade pessoal.

Como proposta de solução para essa dificuldade, vamos partir de um princípio inverso em que se começa da materialização do texto eficiente, satisfazendo os anseios dos nossos alunos: começamos pelo **todo** para depois estudarmos as **partes**.

Esse trabalho consiste na elaboração de máscaras de redação, o que proporciona um ponto de partida concreto na produção de redações eficientes a partir de modelos prontos e que serão estudados e adaptados para qualquer tema proposto pela banca organizadora do concurso, respeitando, ainda, o caráter da originalidade, da criticidade e da criatividade de cada autor.

As máscaras de redação garantem a eficácia sobre os principais quesitos exigidos pelas bancas organizadoras dos critérios de correção dos textos, tais como progressão textual e sequencialização, coesão e, consequentemente, coerência, além de atender naturalmente à estrutura própria dos textos dissertativos.

Outro ponto importante é o de permitir ao candidato uma projeção bem aproximada da extensão do seu texto em número de linhas.

Essa proposta também tem a finalidade de desenvolver uma maior agilidade na projeção e na construção da redação, otimizando o tempo de sua elaboração durante a prova.

Qual o peso ou a importância da redação em um concurso público?

O peso da redação é muito grande, por isso, ela faz a diferença na aprovação. Nos concursos atuais, a redação tornou-se o passaporte para o ingresso em grande parte das carreiras públicas, pois de nada vale um resultado positivo na prova objetiva se não houver sucesso na redação.

Os candidatos costumam dedicar seu tempo de estudos à prova objetiva e deixar a redação por último. Na maioria das vezes, passam naquela e reprovam nesta. Nesse sentido, é necessário exercitar a competência escrita desde o início dos estudos, com uma redação por semana ou, pelo menos, com uma a cada 15 dias.

O que conta mais para um bom resultado: ter bons conhecimentos sobre o assunto apresentado na proposta ou ter bons conhecimentos em língua portuguesa?

Em verdade, os dois aspectos são equivalentes em importância. No que diz respeito aos conhecimentos de língua portuguesa, estamos nos referindo à estrutura e à linguagem do texto dissertativo. Subentende-se que quem domina esses dois aspectos não enfrenta dificuldades com a ortografia e outros elementos gramaticais que, inclusive, costumam ter pouco peso na prova.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

PRINCÍPIO DA REGRESSÃO OU REVERSÃO

O princípio da reversão ou regressão é um método de resolução de problemas matemáticos que busca propor uma alternativa ao uso de incógnitas e operações algébricas com letras. Parte-se, portanto, dos dados fornecidos por uma questão, ou seja, do valor final da incógnita após uma série de operações básicas feitas com base nela, realizando, assim, sobre o valor final, as operações inversas àquelas às quais a incógnita originalmente foi submetida, de forma que se obtenha o valor desconhecido desejado. Para facilitarmos o processo, disponibilizaremos os dados em pequenas tabelas contendo a operação realizada e sua respectiva inversa.

Exemplo: um número somado a 2, divido por 3 e multiplicado por 5 resulta em 45. Qual é esse número?

Para este tipo de exercício, no qual temos três elementos centrais, um valor inicial desconhecido, sucessivas operações sobre ele e um valor final conhecido, podemos aplicar o **princípio da reversão ou regressão**. Construímos, portanto, a tabela de operações que aparecem no problema:

	OPERAÇÃO	INVERSA
1º	+ 2	– 2
2º	÷ 3	× 3
3º	× 5	÷ 5

Pelo **princípio da reversão**, basta fazermos o caminho contrário, considerando as operações inversas:

- 3º: 45 ÷ 5 = 9;
- 2º: 9 · 3 = 27;
- 1º: 27 – 2 = 25.

Portanto, o número procurado é 25. Note, ainda, que esses exercícios nos permitem conferir a resposta de forma assertiva, sendo preciso apenas seguir o caminho original das operações conforme o problema dispõe. Por exemplo:

- 1º: 25 + 2 = 27;
- 2º: 27 3 = 9;
- 3º: 9 5 = 45.

Isso coincide com o valor final definido pela questão.

A seguir, alguns pontos importantes a se considerar.

- Em se tratando de frações, devemos atentar-nos ao fato de que "retirar um terço" de um total equivale a permanecer com apenas dois terços desse valor. Ou seja, se se deseja descontar um terço de um valor:

$$1-\frac{1}{3}=\frac{3}{3}-\frac{1}{3}=\frac{2}{3}$$

Então, devemos multiplicar esse valor por 2/3. Se se deseja aumentar um terço de determinado valor:

$$1+\frac{1}{3}=\frac{3}{3}+\frac{1}{3}=\frac{4}{3}$$

Ou seja, devemos multiplicar esse valor por 4/3.

- Nas operações envolvendo frações, em vez de invertermos a operação, inverteremos a fração e manteremos a operação. Ex.: em "retirou um terço", equivalente a "permanecer com dois terços", a operação inversa será o produto vezes 3/2;
- Em alguns casos, ainda, podem aparecer porcentagens, que deverão ser convertidas em frações para o cálculo conforme definido nos itens anteriores. Por exemplo:

$$75\%=\frac{75}{100}=\frac{15}{20}=\frac{3}{4}$$

Portanto, devemos interpretar que "retirar 75%" é equivalente a "retirar 3/4" que, como colocado anteriormente, é igual a "sobrar 1/4". Logo a operação inversa, neste tipo de situação, será vezes 4.

Acompanhe os exercícios comentados a seguir para revisar seus conhecimentos.

1. **(NOVA CONCURSOS — 2022)** Um investidor iniciante decidiu aplicar seu capital em uma ação que, no primeiro mês, o rendeu um total de R$ 2.750,00. Com o intuito de ter um investimento ainda maior, ele manteve o capital e o rendimento nesta mesma ação. Porém, no segundo mês, ao haver uma desvalorização no mercado, ele perdeu um terço do valor que investiu. Para não perder ainda mais, no terceiro mês, ele buscou investir o restante em outras finalidades da bolsa, o que acabou o rendendo apenas R$ 500,00. No quarto mês, ele fez um balanço e percebeu que o seu montante era de R$ 5.000,00. Qual foi o capital investido por ele no primeiro mês?

a) R$ 4.000,00.
b) R$ 6.247,00.
c) R$ 6.750,00.
d) R$ 10.750,00.
e) R$ 13.500,00.

Note que, nesta questão, o investidor tinha um capital inicial que queremos conhecer (incógnita), sobre o qual foram feitas sucessivas operações. Perceba, ainda, que devemos redobrar a atenção para o uso de frações, nas quais subtrair um terço será equivalente a permanecer com apenas dois terços do valor total.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

LEGISLAÇÃO

LEI ESTADUAL Nº 5.810/1994 - DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS DO ESTADO DO PARÁ

O enfoque de nossos estudos é o regime jurídico dos servidores públicos que atuam dentro do Ministério Público do Pará. Para compreender corretamente como funciona esse regime jurídico, precisamos analisar primeiro a legislação que apresenta essa matéria de forma mais abrangente.

Por serem servidores públicos que atuam dentro do estado do Pará, a esses funcionários se aplicam, também, os dispositivos da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. Essa lei é conhecida como **Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Pará**.

Os dispositivos trazidos neste material dizem respeito aos seguintes assuntos, que são os tópicos que mais costumam cair nas questões de concurso:

- os cargos públicos e as respectivas formas de provimento e vacância;
- os direitos e garantias gerais;
- o regime disciplinar, envolvendo uma enorme gama de deveres, vedações, a tríplice responsabilidade e o direito de petição, a ser exercido mediante processo administrativo disciplinar, conferido a todos os servidores estaduais.

Essas matérias se encontram em várias legislações distintas em diferentes âmbitos da federação. Por isso, faremos menção tanto à Constituição Federal, de 1988, quanto à Lei Federal nº 8.112, de 1990 (Regime dos Servidores Públicos Civis da União), quando for absolutamente necessário.

Dada a multiplicidade de leis, em âmbitos diferentes da federação, é comum ao candidato questionar qual lei ele deve utilizar para responder às questões de provas. Primeiramente, é importante ressaltar que a lei federal não se sobrepõe à lei estadual e vice-versa.

O Estatuto dos Servidores Públicos da União é aplicável, sim, ao regime jurídico dos servidores estaduais, desde que não apresente conteúdo incompatível com o seu regime jurídico.

Importante!

Durante a prova, o candidato deve se ater ao que a pergunta diz. A grande maioria das questões de provas delineia a legislação que deve ser utilizada para responder à questão. Procure por expressões como "nos termos da Constituição Federal", "segundo a Lei nº 8.112, de 1990", e "com base no Estatuto dos Servidores Estaduais [...]", entre outras.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Inicialmente, o art. 1º apresenta a principal finalidade da criação desse estatuto, indicando a quais pessoas se aplicam os dispositivos dessa lei estadual. Observe o texto legal:

> **Art. 1º** *Esta lei institui o Regime Jurídico Único e define os direitos, deveres, garantias e vantagens dos Servidores Públicos Civis do Estado, das Autarquias e das Fundações Públicas.*
> *Parágrafo único. As suas disposições* ***aplicam-se aos servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas****.*

Destaca-se o texto presente no parágrafo único para realçar que o regime jurídico dos servidores públicos se aplica aos integrantes do Ministério Público do Pará. Portanto, é imprescindível conhecer muito bem os dispositivos dessa legislação também.

Em seguida, o art. 2º apresenta algumas definições iniciais que devem auxiliar o candidato a compreender melhor a matéria:

> **Art. 2º** *Para os fins desta lei:*
> *I -* ***servidor*** *é a pessoa legalmente investida em cargo público;*
> *II -* ***cargo*** *público é o criado por lei, com denominação própria, quantitativo e vencimento certos, com o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor;*
> *III -* ***categoria funcional*** *é o conjunto de cargos da mesma natureza de trabalho;*
> *IV -* ***grupo ocupacional*** *é o conjunto de categorias funcionais da mesma natureza, escalonadas segundo a escolaridade, o nível de complexidade e o grau de responsabilidade;*
> *Parágrafo único. Os cargos públicos serão acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos do art. 17, desta lei.*

A noção de servidor público, como podemos ver, está intrinsecamente ligada à noção de cargo público. De início, é importante saber que os cargos públicos do estado do Pará são acessíveis a todos brasileiros, observadas as condições prescritas em lei e regulamento.

Os cargos públicos são criados por lei, com denominação própria e sistema de remuneração pago pelos cofres públicos.

Ademais, vejamos os outros dispositivos:

> **Art. 3º** *É vedado cometer ao servidor atribuições e responsabilidades diversas das inerentes ao seu cargo, exceto participação assentida em órgão colegiado e em comissões legais.*

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

POLÍTICAS DE SAÚDE PÚBLICA

LEGISLAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (COM AS EMENDAS CONSTITUCIONAIS): ART. 196 A 200

A saúde é direito de todos e dever do Estado, regulamentada no art. 196 da CF e pela Lei nº 8.080, de 1990, dispositivos que visam garantir, mediante políticas sociais e econômicas, um conjunto de ações do Estado destinadas à redução de riscos relativos às doenças e suas consequências.

A saúde não tem natureza contributiva, ou seja, deverá ser prestada a quem precisar e independe de pagamento. Desse modo, fica sujeita ao controle, fiscalização e regulamentação do poder público, ou seja, é de relevância pública. Vejamos:

> **Art. 196** *A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.*

O art. 196 trata da necessidade de uma visão sistêmica por parte do Estado, visando garantir melhores condições de saúde à população, por meio da implementação de políticas sociais e econômicas que reduzam o risco de contrair doenças ou seus agravos.

Assim, em nenhum momento são mencionadas ações individuais, como a garantia de medicamentos exclusivos, internação em instituições específicas ou a realização de procedimentos de alto custo ou experimentais.

Desta forma, o texto constitucional busca abranger necessidades coletivas ao promover ações de prevenção, como a realização de exames preventivos, campanhas de vacinação, cuidados com doentes crônicos para que não haja piora do quadro, campanhas sobre a importância da atividade física, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) etc. Tais ações poderão ser realizadas tanto por órgãos públicos quanto por serviços contratados, conforme citado no art. 197. Veja:

> **Art. 197** *São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.*

O poder público cumpre seu dever na relação jurídica da saúde por meio do Sistema Único de Saúde, um conjunto de ações e serviços organizados de acordo com a descentralização, atendimento integral e com a participação da comunidade.

Ademais, o art. 198 refere-se às diretrizes do SUS: a regionalização, a descentralização, a hierarquização, a integralidade e a participação popular no sistema de saúde do país, veja:

> **Art. 198** *As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:*
> *I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;*
> *II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;*
> *III - participação da comunidade.*

Deste modo, ao citar que o sistema de saúde será **regionalizado,** a CF leva em consideração as especificidades de cada região geográfica. Assim, temos, por exemplo, o calendário de vacinação federal, estadual e municipal, que podem diferir entre si.

Exemplificando, sabe-se que a vacinação contra a febre amarela não faz parte do calendário vacinal de alguns estados, por não estarem localizados em áreas endêmicas. Da mesma forma, regiões com risco de malária — por serem áreas endêmicas — recebem medicações específicas para a doença, enquanto outras não.

Quanto à hierarquização, há a divisão dos serviços de acordo com o nível de atenção à saúde a ser prestado, podendo ser primária, secundária ou terciária. Ou seja, envolvem ações preventivas, de promoção à saúde, atenção especializada e atenção hospitalar de alta complexidade, que interagem entre si por meio de estratégias de referência e contrarreferência.

Neste sentido, a Secretaria de Estado de Saúde define os três níveis de atenção (primária, secundária e terciária). Vejamos o que estabelece:

> *A **Atenção Primária** é constituída pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), pela Equipe de Saúde da Família (ESF) e pelo Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). Enquanto o nível intermediário de atenção fica a encargo do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), das Unidades de Pronto Atendimento (UPA), e o atendimento de média e alta complexidade feito nos hospitais.*
> *A **Atenção Secundária** é formada pelos serviços especializados em nível ambulatorial e hospitalar, com densidade tecnológica intermediária entre a atenção primária e a terciária, historicamente interpretada como procedimentos de média complexidade. Esse nível compreende serviços médicos especializados de apoio diagnóstico, terapêutico e atendimento de urgência e emergência.*
> *A **Atenção Terciária ou alta complexidade** designa o conjunto de terapias e procedimentos de elevada especialização. Organiza também procedimentos que envolvem alta tecnologia e/ou alto custo, como oncologia, cardiologia, oftalmologia, transplantes, parto de alto risco, traumato-ortopedia, neurocirurgia, diálise (para pacientes com doença renal crônica), otologia (para o tratamento de doenças no aparelho auditivo).*

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

NOVA CONCURSOS

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

799 APROVADOS NO BANCO DO BRASIL 2021

92 APROVADOS NO TJ-MG 2022

213 APROVADOS NO SEAGRI/DF 2022

337 APROVADOS NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO